



Governo do Estado do Rio de Janeiro
Secretaria de Estado de Educação
CONSELHO ESTADUAL DE EDUCAÇÃO

CÂMARA CONJUNTA DE EDUCAÇÃO SUPERIOR E EDUCAÇÃO PROFISSIONAL
PROCESSO: E-03/100.808/2003
INTERESSADA: ALESSANDRA SILVEIRA MAYO

PARECER CEE Nº 153 / 2004

Responde a consulta de Alessandra Silveira Mayo, e dá outras providências.

HISTÓRICO

ALESSANDRA SILVEIRA MAYO, RG. nº 008887086-0-DIC, graduada no **Curso Normal Superior**, com pós-graduação em **Orientação Educacional e em Supervisão Escolar**, dirige-se a este Colegiado para informar que prestou concurso público municipal em sua cidade, Iguaba Grande, para o cargo de Orientador Educacional, no qual obteve a 1ª colocação, julgando-se apta a exercer o cargo, em virtude da parte final contida no art. 64, da LDBEN – 9394/96, *in verbis*:

*“A formação de profissionais de educação para administração, planejamento, inspeção, supervisão, supervisão educacional para a educação básica, **será feita em curso de graduação em Pedagogia ou em nível de pós – graduação, a critério da instituição de ensino de ensino, garantida, nesta formação, a base comum nacional**”*(gn).

Segundo a Requerente, a cidade de Iguaba Grande ainda não se adequou à Nova LDB, e que o edital do concurso foi elaborado conforme o Estatuto do Magistério Municipal, que não se encontra atualizado no que se refere à formação dos especialistas da educação, conforme prevê o artigo 88 da Lei citada, exigindo o Diploma de Graduação em Pedagogia, contrariando, assim, o artigo 64, que prevê **dois caminhos para a formação do Orientador Educacional : graduação ou pós-graduação**.

Acompanham os seguintes documentos comprobatórios que motivam o pedido da requerente, a saber:

- Declaração expedida pela UCAM – Araruama, que a Requerente concluiu o Curso Normal Superior, que se destina a licenciar Professores de Educação Infantil e de 1ª a 4ª série do Ensino Fundamental;
- Histórico Escolar do Curso Normal Superior;
- Certidão e Certificado, expedidos pela UCAM, de conclusão do Curso de Pós-Graduação, *lato sensu*, com especialização em Orientação Educacional, com carga horária de 360 horas;
- Certidão, expedida pela UCAM, de conclusão do Curso de Pós-Graduação *lato sensu*, com especialização em Supervisão Escolar, com carga horária de 360 horas;
- Portaria nº 2.499, de 30/08/2002, que convalida os atos e seus efeitos da UCAM relativos à oferta de Curso Normal Superior, nos Municípios de Campos dos Goytacazes, Nova Friburgo, Macaé, Niterói, Petrópolis, Quissamã, Conceição de Macabu, Rio das Ostras, Teresópolis, Laje do Muriaé, Maricá, Miguel Pereira e Araruama;
- Legislações pertinentes ao assunto e outros.

A Assessoria Técnica do CEE, em sua análise às fls.05, assevera que:

“ Em virtude de Iguaba Grande possuir Conselho Municipal de Educação e de acordo com o Parecer CEE nº 450/97 (N,) “cabará aos municípios que se decidirem pela organização assegurada no art. 8º da LDB 9394/96, o desencadeamento de uma série de medidas legislativas, à luz das respectivas leis orgânicas e de outras leis municipais completamente específicas.

Entre essas medidas, que poderão ser desencadeadas pelos Conselhos Municipais de Educação, caberá, certamente, a solução ao Pleito de Alessandra Silveira Mayo, visto que esse Órgão deve conhecer as necessidades de suas escolas”.

VOTO DA RELATORA

Não temos dúvidas em afirmar que a formação dos Profissionais da Educação prevista no artigo 64 da LDB (Lei nº .9394/96) poderá ser oferecida **em cursos de Graduação em Pedagogia e em nível de pós-graduação**, e que, em ambos os casos, isso fica “a critério da instituição de ensino”. No entanto, é da competência exclusiva do mantenedor da rede pública municipal estabelecer os critérios para o edital do concurso, no que tange aos profissionais da educação da sua rede de ensino.

Considero fato grave a Secretaria de Educação daquele Município ainda não ter se atualizado no que diz respeito à formação dos profissionais da educação da sua rede de ensino, diante de tantas instituições de Ensino Superior existentes naquela região, razão pela qual acato a sugestão da Ilustre Assessora deste Colegiado, Lurdes Terezinha, determinando que os autos sejam encaminhados ao Conselho Municipal de Educação de Iguaba Grande, para as providências que o caso requer.

CONCLUSÃO DA CÂMARA

A Câmara Conjunta de Educação Superior e Educação Profissional acompanha o voto da Relatora.

Rio de Janeiro, 15 de junho de 2004.

Magno de Aguiar Maranhão – Presidente
Francisca Jeanice Moreira Pretzel – Relatora
Antonio José Zaib
Celso Niskier
Jesus Hortal Sánchez
José Antonio Teixeira – ad hoc
Maria Lucia Couto Kamache

CONCLUSÃO DO PLENÁRIO

O presente Parecer foi aprovado por unanimidade.

SALA DAS SESSÕES, no Rio de Janeiro, em 29 de junho de 2004.

Roberto Guimarães Boclin
Presidente

Homologado em ato 30/07/04

Publicado em 10/08/04 - pág. 10